

carta de direitos climáticos

DISTRITO DE PALMAS



FICHA TÉCNICA

Realização: The Climate Reality Project Brasil e Associação para a Grandeza e União de Palmas

Metodologia: The Climate Reality Project Brasil

Mobilização: Associação para a Grandeza e União de Palmas

Autores da Carta: Ademir Nogueira Rodrigues, Alberto Gonçalves Rodrigues, Angela Marcia Colares, Antonio C. G. Dias, Claudete Lopes Vernieri, Danúbio Franco Jardim, Daiane Bitta Gonçalves, Débora Schneid, Edson Inácio Fernandes Cabral, Flávio Marcelo Plotzki, Francisco Eduardo Fernandes Cabral, Genival Carvalho, Irany Pereira Franco, Jerônimo Medeiros Jardim, João Eduardo Vieira Franco, João Francisco Coelho, João Nadir de Oliveira Martins, João Nicolao Santana Legel, Josiane Martins, Karina Torma Cholante, Luis Mário de Oliveira Mesquita, Loiva Beatriz Soares, Mara R. F. Carvalho, Márcia Colares, Marco Antônio Vernieri, Maria Zulmira Morrudo, Maria Claudete Franco Pires, Mario Alves, Nathalia Brandes Décimo Rodrigues, Neli Kidriski Bicca, Patrícia Ennes Ramos, Paulo Antônio Souza Rodrigues, Pedro Gabriel, Régis Luiz Marques Colares, Renata Delgado Rosa, Reno Ramos Rodrigues, Rodrigo Colares da Silva, Rogério Soares Cholante, Ruan Ramos Rodrigues, Sergio Sola, Solange da Silva Franco, Suzana da Silva Morrudo, Vera Colares, Victoria Breda Meotti, Zair F. da Silva, Zanete Medeiros e Zilo Antônio Traçante Machado.

Articuladoras Locais: Débora Schneid, Márcia Colares e Vera Colares

Facilitadoras do Encontro de Construção: Carmynie Xavier, Isadora Gran, Julia Caon e Renata Moraes

Redação: Luíze Sampaio

Revisão: Carmynie Xavier e Isadora Gran

Diagramação: Luane Teixeira

Coordenação: Isadora Gran



DISTRITO DE PALMAS

Pampa é mais que um bioma, é um território cultural. A lida campeira define o estilo de vida da população do Distrito de Palmas, uma comunidade unida formada por pecuaristas familiares, peões campeiros, trabalhadores e trabalhadoras rurais, que desempenham as atividades de aramado, doma, esquila, ofício deguasqueiro, as lidas caseiras, o pastoreio, as tropeadas, o artesanato em lã entre outros saberes e fazeres da região. Essa tradição segue preservada e faz parte da luta local pela conservação do patrimônio histórico, ambiental e cultural que é o Pampa.

Mas a paisagem no Distrito de Palmas, localizado no município de Bagé, no coração do Pampa Gaúcho, mudou e vem mudando. A região, que tem como principal atividade econômica a pecuária, agora enfrenta riscos climáticos e a mudança dos espaços naturais com as plantações de soja e eucalipto que estão impactando os campos e o característico bioma pampa, no sul do Brasil.

As mudanças climáticas e a alta intervenção mercadológica no bioma têm tido impactos diretos na saúde e modo de vida da população. Os moradores vêm sofrendo com pressão, estresse e angústia com a ameaça da instalação de mineradoras na região, que afetariam seu bem-estar. Desde 2016, existe uma luta da comunidade com ações voltadas para impedir a presença de empreendimentos mineradores e a construção de hidrelétricas no leito do Rio Camaquã, que representam mais desafios para que a população permaneça no território preservando a lida campeira e o bioma. Apesar da vitória dos moradores contra o Grupo Votorantim em 2022, com a retirada da proposta de mineração no território, a comunidade sabe que a mineração vem tentando se instalar no Pampa, principalmente na região do Alto Camaquã e que terão outros enfrentamentos pela frente.



"QUEM PRESERVA ESTÁ AQUI!"

Da mudança de paisagem ao desaparecimento de animais nativos da região e falta de estações de tempo regulares, a vegetação natural do bioma está desaparecendo. As mudanças climáticas estão atingindo a todos,

mas em especial as comunidades tradicionais do campo que vivem em simbiose com o meio ambiente e tiram dele sua subsistência. Os moradores percebem a presença de chuvas excessivas e secas extremas, ciclones derrubando a vegetação e a estiagem matando os animais. Esse acúmulo de consequências tem dificultado a permanência da população no campo, o acesso a alimentos e água, afastando os jovens do território e isolando essa população de direitos básicos.



EIXOS URGENTES:

1. DIREITO À TERRA
2. DIREITO À SAÚDE
3. DIREITO À EDUCAÇÃO
4. BEM-ESTAR ANIMAL



“O TERRITÓRIO CARECE POR FORMAS DE INCENTIVOS QUE GARANTAM A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO LOCAL NAS PROPRIEDADES”

O acesso à terra é um direito constitucional mas apesar de ser garantido por lei não há incentivo do estado, essa estratégia poderia ser um ponto para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da agricultura e pecuária familiar. Atualmente, os pecuaristas familiares do pampa sofrem com a falta de políticas públicas que garantam a sua existência e permanência, exige-se justiça social. O mundo rural mudou e hoje existe um desafio de garantir a permanência de jovens nesse território. As dificuldades de acesso à terra e as mudanças climáticas tornam incerto as atividades econômicas rurais de subsistência, o que prejudica o futuro dessa cultura e das comunidades locais.

01. Políticas para priorizar os locais na aquisição das terras.

Falta incentivo e políticas públicas voltadas para o dia a dia das comunidades do campo. Assegurar a permanência desses pecuaristas familiares é promover um desenvolvimento rural e agrícola mais sustentável para o nosso país. O trabalho rural fortalecido amplia uma agricultura e pecuária mais sustentável, aumenta a produção de alimentos e nos afasta da insegurança alimentar. É necessário ampliar o acesso de micro e pequenos produtores rurais a financiamentos de compra de terras, mas também criar linhas de incentivo para garantir a continuidade desse processo e também a permanência de quem já está nessas áreas.

02. Respeito do direito à propriedade. Transparência das informações sobre as burocracias a serem feitas para regularizar as propriedades.

O direito à propriedade é crucial para o empoderamento das comunidades, a promoção da justiça social e a preservação do meio ambiente. Sua implementação efetiva requer uma abordagem holística, envolvendo legislação, políticas públicas e práticas que respeitem e protejam os direitos das pessoas em relação à terra.

Cabe, portanto, às instituições públicas, apresentar as garantias do direito à terra, por essência, como forma de proteger os indivíduos, comunidades e grupos vulneráveis contra desapropriações arbitrárias, garantindo segurança jurídica e promovendo a equidade no acesso e uso da terra. O governo federal está alinhando programas que visam a manutenção territorial da população e, isso deve configurar a nível subnacional e territorial, através de benefícios para a permanência nos espaços.

Ainda, devem ser providenciadas maneiras de reconhecimento da posse da propriedade, elencando quesitos menos burocráticos para justificativa de acesso vitalício às respectivas propriedades situadas em comunidades rurais e que são acometidas pela falta de incentivos estatais para produzirem. Há necessidade de impedir o avanço dos processos de desterritorialização, pois vão contra a finalidade socioeconômica e cultural da população de Palmas. As questões de identidade e de políticas distributivas da propriedade precisam vincular ferramentas que respeitem à autodeterminação da gestão da propriedade, levando em consideração valores de sustentabilidade.



03. Instrumentos e recursos que fomentem a permanência na terra.

As linhas de crédito rural são outro passo essencial no processo de preservação do bioma e cultura do pampa. Além de serem um passo para o acesso à terra, o crédito também incentiva os trabalhadores rurais a fazerem investimentos em infraestrutura e equipamentos. Esse tipo de dedicação financeira incentiva a permanência de pessoas em áreas rurais, mas não basta terra é preciso também o desenvolvimento do meio. É necessário realizar melhorias em tudo que gira no entorno da terra, esses trabalhadores precisam de boas estradas, eletricidade de qualidade, acesso à água potável e serviços de saúde - direitos fundamentais para a vida de qualquer pessoa. Investir nesses direitos básicos torna as áreas rurais mais atraentes para as pessoas, com garantia de qualidade de vida.



“O ENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NA TOMADA DE DECISÕES SOBRE POLÍTICAS DE SAÚDE É FUNDAMENTAL.”

A falta de acesso a serviços de saúde e as condições climáticas têm impactado diretamente na vida dos moradores do coração do Pampa Gaúcho, metade sul do Rio Grande do Sul. A ausência de transporte público, a insegurança alimentar e as ameaças socioambientais da mineração, são alguns dos desafios que influenciam significativamente na saúde mental e física das comunidades desse território, principalmente quando existem longos períodos sem assistência médica, falta de luz e limitação na infraestrutura viária.

A garantia do direito à saúde é primordial e, embora seja reconhecida pela constituição, ainda não é uma realidade em áreas rurais, que ainda necessitam de uma abordagem específica para a garantia de um acesso equitativo a serviços de saúde. Para alcançar essa realidade, é crucial envolver a comunidade na tomada de decisões, só assim chegaremos a soluções culturalmente sensíveis e adequadas priorizando o que é urgente para essa comunidade como a prevenção e controle de doenças e a capacitação de moradores para a área de saúde.

01. Clínico geral e especialistas atendendo na Unidade Básica de Saúde do território com regularidade e soro antiofídico disponível.

Reivindica-se a presença de um clínico geral no posto de saúde duas vezes na semana, e a disponibilidade de atendimento com especialistas rotativos, como: psiquiatras, fisioterapeutas e psicólogos. Um passo que vai garantir esse futuro é a formação de mais pessoal, para isso é importante criar programas de capacitação de profissionais de saúde nessas regiões e também linhas de incentivo para que os mesmo permaneçam na comunidade. Um passo importante para a garantia dessa rotina

constante de cuidados é a construção de mais clínicas e farmácias rurais, ampliação de serviços telemedicina, transporte para pacientes e teleatendimento médico. Os moradores e equipe médica precisam de uma infraestrutura adequada, espaços de saúde que aumentem a conscientização local sobre a importância das vacinações, crie rotinas e programas de controle de doenças transmitidas por vetores, amplifique informações sobre higiene e saneamento, entre outros. Além disso, é vital a disponibilidade de soro antiofídico no posto de saúde local para picadas de cobra dado as características da região.

02. Manutenção frequente das estradas e transporte público com regularidade.

O território sofre constantemente com as condições precárias das estradas que dificultam a circulação dos moradores, o que se agrava consideravelmente com o aumento da frequência e intensidade das chuvas na região, impossibilitando a circulação de famílias pelo território e isolando ainda mais os moradores do local que já é marcado por grandes distâncias dos serviços básicos como supermercado, escola, posto de saúde e mesmo entre as propriedades. Portanto, os moradores de Palmas demandam a constante manutenção e cascalhamento das estradas locais, questão que se faz emergencial frente a crise climática para que as vias não impossibilitem a chegada do SAMU ou a compra de alimentos e remédios frente às fortes chuvas. Além disso, atualmente, há circulação de transporte público somente uma vez na semana no território e que percorre somente alguns corredores. Na maior parte deles não há nenhum transporte, naqueles que ainda há a má conservação das estradas impede muitas vezes a circulação dos mesmos, bem como dos veículos escolares. A comunidade de Palmas demanda a garantia de circulação de transporte público regularmente na região, ao menos duas vezes por semana em todos os corredores.

03. Rapidez na manutenção da rede elétrica quando há queda de energia e capacitação dos profissionais.

Diante das chuvas fortes que impactaram a região no ano de 2023 em decorrência dos ciclones na região sul do país por consequência do El Niño e da crise climática, várias famílias de Palmas ficaram vários dias sem energia, o que leva, inclusive, a perda dos alimentos estocados e remédios. Por isso, a comunidade demanda mais rapidez na resposta da companhia de energia elétrica para manutenção da rede na região frente aos impactos climáticos. Assim como, a capacitação e valorização dos profissionais que atuam nesta manutenção.

“QUEM PRECISA DE INSULINA NÃO CONSEGUE FICAR 17 DIAS SEM LUZ.”



“A EDUCAÇÃO LOCAL É UM INSTRUMENTO QUE GARANTE A INTERPRETAÇÃO DO QUE E COMO O TERRITÓRIO SE CONSTITUI”

Toda criança brasileira tem que ter acesso a educação pública e acessível dos campos a cidades, é dever do estado tornar esse direito o mais igualitário possível. A educação inclui muitas camadas de políticas públicas que vão desde escolas com boas infraestruturas até professores capacitados, segurança e transporte, a garantia desse sistema é o que possibilita que os alunos tenham todos os recursos disponíveis para seu aprendizado. Se essa criança vive no campo, é preciso também olhar para esse território. Os moradores querem mais escolas e mais contato com os profissionais de educação, que a educação e cultura rural façam parte do dia a dia desses espaços e também das aulas. Para isso é preciso formar mais professores, integrar mais a comunidade com a rotina escolar e também tornar o aprendizado mais ligado à vida do campo.

01. Escola Técnica Rural e um Campus Universitário

O povo do campo tem necessidades locais específicas, é necessário priorizar uma metodologia e didática de ensino que leve o território para as salas de aula. Isso é uma garantia de uma educação mais inclusiva para os alunos e um futuro melhor para todo o pampa, incluindo a valorização dos conhecimentos tradicionais que é umas das chaves da preservação. Para isso, é necessário que o governo promova um desenvolvimento de ensino que em todos os níveis ajude os alunos a compreender a importância dos atributos locais do seu território como ecossistema que vivem, o próprio bioma Pampa, a produtividade e paisagem como um todo. Além de criar mais e novas estruturas de escolas e espaços de ensino, esse intercâmbio entre campo e sala de aula só será completo com o envolvimento da comunidade. A participação ativa dos trabalhadores rurais na gestão e melhoria das escolas é crucial. Isso inclui a formação de comitês escolares e o estabelecimento de parcerias entre escolas e território.

02. Melhoria das escolas: estradas, regularidade das aulas, qualidade de ensino do professor

Falta equipamentos públicos de educação de fácil acesso a população, para mudar isso precisamos criar mais escolas mas também melhorar a infraestrutura ao redor desses espaços. A regularidade de aulas depende também disso, com estradas mais acessíveis e mais transporte rodando será possível criar maior proximidade entre o espaço de ensino e o território, garantindo assim que o calendário letivo seja possível de ser cumprido, tanto pelos professores quanto pelos alunos. Outro ponto é a criação de políticas de incentivo aos professores rurais, peças fundamentais para garantir a continuidade e sustentação desses territórios. Por isso, é importante implementar políticas que incentivem professores a trabalhar na localidade, fornecendo incentivos financeiros, programas de formação e apoio profissional.

03. Ensino de Jovens e Adultos no território

O direito à educação de qualidade no meio rural é essencial para empoderar as comunidades rurais, promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nessas áreas. Mas para a garantia integral desse direito é preciso que as políticas e práticas educacionais sejam adaptadas às necessidades específicas das áreas rurais. Pelas necessidades do trabalho no campo e modo de vida do território, a evasão escolar é muito presente na localidade. Este olhar do macro ao micro é que vai garantir que todos do Distrito de Palmas tenham a oportunidade de receber uma educação de qualidade. Uma ferramenta que pode ter um papel importante nessa adaptação a realidade do campo é o Ensino de Jovens e Adultos. Mas para garantir a aprendizagem é preciso que haja acesso à infraestrutura necessária, a prefeitura precisa estar engajada com esta questão.

“O TRATAMENTO ÉTICO DOS ANIMAIS PODE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS NAS ÁREAS RURAIS DO DISTRITO DE PALMAS, CONTRIBUIR PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E PROMOVER A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA”

O bem viver da vida humana no meio rural é ainda mais ligada à vida da fauna e flora local. A partir de uma lógica integrada, garantir o bem-estar animal é combater também a pobreza nas áreas rurais, precisamos investir em políticas públicas que ajudem a cuidar dessas relações para que os trabalhadores rurais possam garantir uma vida digna para seus animais alinhada com práticas agrícolas e pecuárias sustentáveis, em todos os sentidos. Hoje falta o básico, as famílias do território sofrem com a falta de assistência do governo para lidarem com os desafios de lidar com a baixa renda e a necessidade de investir em alimentos, cuidados veterinários e instalações adequadas para animais. Além de recursos e infraestrutura, essas famílias precisam de programas de assistência técnica para que possam desenvolver ferramentas para a promoção do bem-estar animal em áreas rurais. Isso pode ajudar a melhorar o tratamento e as condições de vida dos animais nas áreas rurais e também otimizar o uso de recursos financeiros e de terra.

Na última estiagem, no verão de 2023, muitos pecuaristas familiares perderam rebanhos por falta de apoio para comprar ração ou fazer pastagem, já que o campo nativo morreu com a seca.

01. Valorização dos produtos locais e melhora na logística com acesso ao comércio e manutenção dos açudes, além de assistência governamental em caso de eventos climáticos extremos.

É necessário que haja incentivo aos produtos locais, que eles estejam nos comércios do entorno e também que haja menos burocracia nas transações comerciais para que os trabalhadores rurais consigam fazer esse escoamento. Valorizar esse mercado é valorizar pastagens nativas, uma agricultura sustentável e o desen-

volvimento de toda a população do território. A manutenção dos açudes e acesso a água relaciona-se com a estiagem prolongada vivida pelos moradores nos últimos anos e as manutenções das estradas após chuvas fortes também são essenciais para o escoamento da produção frente aos desafios impostos pela crise climática.

02. Preservação do bioma pampa, valorização da pastagem nativa, preservação do curso natural da água e biodiversidade.

A sustentabilidade no campo depende da valorização do bem-estar animal como também de práticas agrícolas e pecuárias preocupadas com um desenvolvimento mais limpo e preocupado em manter a biodiversidade do bioma. É preciso mais conscientização e capacitação na promoção de um ciclo rural pensando a longo prazo, preocupado com a preservação dos açudes e paisagem nativa. Mas esse pensamento local sobre o futuro tem que ser pautado também pelo estado, é necessário mais regulamentação e políticas que visem criar padrões mínimos de cuidados com os animais, inspeções regulares, manejo, transporte e incentivos para a adoção de boas práticas.

03. Alimentação suplementar: preço justo, logística, armazenamento. Assistência profissional em todas as propriedades com valorização do conhecimento local.

A seca e a falta de incentivo e valorização dos produtos locais estão entre os desafios que afastam os trabalhadores rurais de um sistema produtivo mais justo e sustentável tanto para si quanto para os seus animais. A falta de escoamento, que contribui para a pobreza rural, tem como consequência a falta de verba para investir em bons produtos. Com as doenças, carrapatos, alimentação muito cara, medicamentos e falta de acesso à informação e profissionais que possam dar assistência, a população sofre para conseguir sobreviver e cuidar de seus animais.

SOBRE O PROJETO CARTAS DE DIREITOS CLIMÁTICOS

Em 2022, The Climate Reality Project Brasil iniciou um projeto inovador em parceria com lideranças locais, focado em abordar as questões climáticas diretamente nas comunidades. O ponto de partida foi a elaboração da "Carta de Direitos Climáticos da Maré", localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, resultando em uma metodologia robusta agora compartilhada para inspirar outras comunidades na construção de suas próprias cartas de direitos. O curso "Construindo Cartas de Direitos Climáticos" foi lançado para democratizar o acesso a essa metodologia, oferecendo a grupos a capacidade de criar suas próprias cartas como ferramentas de mudança. Em 2023, o projeto avançou para a criação de Cartas de Direitos Climáticos específicas para cada bioma brasileiro, envolvendo comunidades em todo o país nesse esforço coletivo. Até março de 2024, serão lançadas cartas em territórios representando os demais biomas do Brasil.

COMO VOCÊ PODE COLABORAR

Junte-se a nós nesta jornada em busca da justiça climática.

Seja você um especialista no assunto ou alguém que apenas começou a se interessar pelo clima, sua contribuição é valiosa. Juntos, podemos criar um impacto real e defender um mundo mais verde e saudável para todos.

Se você acredita que pode colaborar com qualquer das medidas demandadas pelo território envie uma mensagem para **brasil@climatereality.com** e entraremos em contato com você.

O futuro está em nossas mãos.

ANOTAÇÕES



ANOTAÇÕES



ANOTAÇÕES



CARTAS DE DIREITOS CLIMÁTICOS



Conheça as outras cartas

REALIZAÇÃO:



APOIO:



www.climaterealityproject.org.br